

# Ainda há muito por fazer

Qual a escola pública que queremos? Uma escola avançada, onde os alunos sejam capazes de questionar o conhecimento, que leve em consideração o potencial criativo individual ou uma escola castradora, autoritária, que apenas prepare para a competição dos vestibulares, concursos e mercado do trabalho, mas não para o exercício pleno da cidadania?

Avaliar o ensino público no DF é uma tarefa sobretudo de recapitular a história. Os professores sempre lutaram pela gestão democrática nas escolas públicas, pela reativação da

Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal (Eape), pelo envolvimento da comunidade escolar na direção da escola. Nesse sentido o atual nível de qualidade das nossas escolas deve ser considerado um produto do esforço dos trabalhadores em educação e demais setores populares na

busca de um modelo que não torne nossos alunos subservientes.

Mesmo assim, o aluno que ingressa hoje na escola pública encontrará uma série de contradições. Se por um lado a escolha democrática dos diretores e dos conselhos escolares

significou uma maior participação da comunidade na gestão da unidade de ensino, o que é um avanço em um país como o nosso, por outro o atual governo, ao lançar a proposta da chamada Escola Candanga, não envolveu de forma efetiva os diversos segmentos (pais, alunos, professores e auxiliares)

em sua concepção.

Somada a essa ausência de discussão, assistimos apreensivos à incapacidade dos sucessivos governos de unificar e disseminar a qualidade de ensino. Ou seja, se há algumas experiências extremamente positivas, não há a disposição gover-

namental para que outras escolas alcancem patamares idênticos. Talvez em razão disso o reconhecimento público que algumas escolas recebem em decorrência de inovações pedagógicas não tenha reper-

Atualmente, as regionais de ensino, ao invés de estarem canalizando esforços para dotar os profissionais de condições mínimas para avaliarem a própria prática - inclusive aproveitando o fato de que

Luiz Marcos



cussão no sistema como um todo, no sentido de melhorá-lo a partir das idéias já experimentadas em uma unidade de ensino.

grande parte dos professores das escolas públicas possui curso superior - prendem-se em questões burocráticas, deixando o pedagógico em

segundo plano, desmerecendo todo o potencial humano que tem a sua disposição. Essa atitude, por si só, compromete todo o projeto de uma educação verdadeiramente popular, engajada num projeto que busque compreender e questionar a modernidade excludente de nossos dias.

No dia a dia, nós, professores, convivemos com uma série de limitações: falta de recursos pedagógicos, burocratismo, falta de segurança, em especial nas escolas da periferia das cidades satélites e dos assentamentos, sem contar as confusões funcionais provocadas pelos erros da Fundação Educacional do DF e o fato de estarmos há mais de dois anos sem qualquer reajuste salarial. Mas nada, nada é pior para um educador do que se sentir excluído de um processo que pretende revolucionar o ensino de sua escola. Se não envolver todos os agentes da transformação, a Escola Candanga, mesmo emancipadora como concepção, jamais será abraçada como sua por aqueles que fazem a educação.

■ **Anette Lobato Maia** é diretora do Sindicato dos Professores no DF